

ABD-BAHIA: Política e mobilização pelo audiovisual na Bahia a partir da criação da ABD

JOÃO CARLOS SAMPAIO

A Bahia viu nascer a Associação Brasileira de documentaristas (ABD), em meio às discussões de uma comissão instituída durante a II Jornada Nordestina de Cinema, em setembro de 1973 em Salvador. O grupo debatia mecanismos para garantir, através de uma legislação protecionista, a inserção do curta-metragem nas salas de exibição comerciais e outros avanços para o fomento da produção. Dos debates, surgiu a idéia e o documento oficial que criou a ABD.

Mesmo com a definição da sede operacional no Rio de Janeiro (na Cinemateca do Museu de Arte Moderna, sob a direção de Cosme Alves Netto), lançava-se ali - na segunda edição da Jornada - a semente para a mobilização em torno de uma política em defesa do cinema brasileiro na Bahia.

Dentre os cerca de 40 cineastas que assinaram o histórico documento, constam realizadores radicados em Salvador, como o próprio Guido Araújo, criador e organizador da Jornada, mais diretores como Chico Liberato, Tuna Espinheira, Agnaldo "Siri" Azevedo e José Umberto Dias.

Dos primeiros momentos da movimentação em torno de uma política para o curta-metragem na Bahia - de acordo com depoimento de Guido Araújo - fazem parte também nomes como Umbelino Brasil e Bráulio Tavares (ambos da Paraíba, mas atuando em Salvador), além de Chico Drummond, citado pelo criador da Jornada como um dos mais atuantes.

Já na III Jornada da Bahia, no ano seguinte, em 1974, a "Turma do super 8" passa a brigar também por mais espaço e faz-se presente no debate de políticas para o cinema. No mesmo evento, ficou definida a criação de sedes regionais da ABD, idéia que deu origem à ramificação ABD Bahia-Sergipe. Apesar da decisão, as articulações locais não chegaram a instituir, na forma de uma entidade legalmente constituída, uma associação regional.

Dentre os citados "superoitistas" que se integraram aos debates, naquele momento, estão Edgar Navarro (*), Pola Ribeiro, Vito Diniz, Fernando Belens, Jonicael Cedraz e José Araripe Jr. Da movimentação deste grupo nasceu a Associação Baiana de Cinema (Abaci), já no final dos anos 70, segundo relembra Pola Ribeiro, em socorro à lacuna de documentação oficial e registros da época, mas sem conseguir precisar uma data.

Ainda de acordo com Pola Ribeiro - corroborado pelas palavras de Guido Araújo -, é também na segunda metade da década de 70 que surgiu a Associação Baiana dos Cineastas Profissionais (ABCP), capitaneada por Chico Drummond, Tuna Espinheira e Agnaldo "Siri" Azevedo. A existência de duas entidades enfraqueceu, na opinião de Ribeiro, a articulação local e resultou na extinção rápida de ambas associações, já na virada para os anos 80.

CONQUISTAS MARCANTES:

A criação da chamada Lei do Curta-Metragem (Lei 6.281, de dezembro de 1975), contou com uma participação das mais efetivas da movimentação política baiana. O cartaz-símbolo da luta pela presença do curta nas telas, que traz a imagem de uma lata de refrigerante amassada e a

expressão "Basta!", é uma criação do artista plástico baiano Renato da Silveira, resultado de um concurso promovido em Salvador pela ABCP.

Em nível local, sob a liderança de Guido Araújo, o Cine Guarany - de propriedade do Governo do Estado da Bahia - acabou saindo das mãos da distribuidora internacional CIC, líder no mercado exibidor soteropolitano à época e detentora do direito, por contrato de concessão, de exploração comercial da sala.

Com o fim do contrato do Guarany (que depois viria a ser batizado de Cine Glauber Rocha), em 1976, iniciou-se uma mobilização para que não houvesse a renovação, com forte pressão sobre o Governo do Estado e, numa outra frente, junto à Embrafilme para que assumisse a sala.

Registrhou-se, em seguida, um caso dos mais raros na trajetória da Embrafilme, órgão que trabalhava exclusivamente no fomento e distribuição da produção brasileira, mas que acabou aceitando assumir o controle do Guarany. Por três anos, o cinema abriu espaço estratégico e decisivo para exibição de filmes brasileiros na Bahia. Mais ainda, o contrato com o Governo do Estado estabelecia cláusulas muito avançadas do ponto de vista político, como a que estabelecia um percentual de 5% da renda líquida para um fundo destinado à produção de fitas na Bahia.

ANOS DE DESMOBILIZAÇÃO:

A partir da abertura política, já no último governo militar, exercido pelo General João Batista Figueiredo, criou-se um clima de desarticulação, como se o estado de coisas que entravava a realização fílmica estivesse desaparecendo junto com a própria restituição das garantias democráticas. O fenômeno, aliás, repercutiu não só no mundo do cinema, mas nos diversos ramos das manifestações artísticas e história de lutas políticas. Na Bahia não foi diferente e a década de 80 foi marcada por uma profunda desmobilização das frentes que trabalhavam por conquistas para o cinema.

A produção cinematográfica baiana chegou a quase zero, salvo a realização de alguns poucos curtas-metragens. O último filme, *O Mágico e o Delegado* (1983), de Fernando Coni Campos, precederia um incômodo jejum de 18 anos sem um único longa-metragem até surgir a fita em episódios *3 Histórias da Bahia*, assinada por José Araripe Jr., Sérgio Machado e Edyala Yglesias

A própria Jornada de Cinema conheceu alguns dos seus momentos de menor força política, até sucumbir à completa ausência de apoio institucional já na chamada Era Collor, no final dos anos 80 (a rigor, a era Collor se inicia em 15 de março de 90, não?), início da década de 90. A extinção da Embrafilme e de todos os mecanismos de apoio ao cinema fizeram com que a Jornada, simplesmente, parasse por dois anos, em 1991 e 1992.

Pola Ribeiro lembra que, nesta época, para reunir a sua geração, que inclui também Edgar Navarro (ativo realizador, mas declaradamente pouco afeito à militância política no cinema), e o grupo de Tuna Espinheira e Agnaldo "Siri" Azevedo, era preciso - nas suas palavras - "a presença de um pai". Ele prossegue: "Certa vez, só com a intervenção de Nelson Pereira dos

Santos, pudemos nos reunir para discutir assuntos que diziam respeito a nossa própria sobrevivência como cineastas".

A RETOMADA DA LUTA:

Com a retomada da produção de cinema no Brasil, graças aos mecanismos de fomento através de leis de isenção fiscal, a Bahia passou a viver um novo momento de aglutinação. A partir de 1995 criou-se uma Comissão Pró-ABD, já com a presença de novos cineastas como Sérgio Machado, atualmente radicado no Rio de Janeiro. Mais uma vez, José Araripe Jr., Pola Ribeiro, Fernando Belens e os novos nomes estiveram à frente desse novo momento de mobilização.

Em 1999, criou-se a Associação Baiana de Cinema e Vídeo (ABCV), ligada à ABD. José Araripe Jr. e Fernando Belens encabeçaram a primeira diretoria da associação, que exerceu o mandato por dois anos. Em 2001, foi referendado o nome de Pola Ribeiro, que deixou a função em 2003, sucedido, novamente, por Araripe, escolhido para cumprir um novo biênio como presidente.

Depoimento de Lula Oliveira, um dos que se juntaram às atividades de organização política da classe cinematográfica baiana há pouco mais de três anos, aponta como o marco para o surgimento de "sangue novo" na luta a reunião de jovens aspirantes ao cinema, que trabalharam nas mais diversas funções, na realização do longa-metragem 3 Histórias da Bahia.

Lula Oliveira lembra que, da equipe técnica de apoio do filme, surgiram nomes como os dos realizadores Sofia Federico, Adler "Kibe" Paz, Jairo Eleodoro e da produtora Solange Lima, esta última integrante da diretoria nacional da ABD. Por sua vez, Moisés Augusto e a sua produtora Truq Cine TV Vídeo, amparada financeiramente por sua atividade no ramo publicitário, funciona como catalisador, ligando a geração anterior aos que vão se juntando na articulação para o cinema acontecer na Bahia.

A novíssima geração - como acontece, aliás, na maior parte das ABDs e entidades filiadas em todo o Brasil - é responsável diretamente pelo novo fôlego e pelas novas conquistas políticas dos cineastas brasileiros. Na Bahia, vive-se um momento de consolidação da organização da classe cinematográfica, não só com propostas e militância, mas com a realização de fóruns e atividades voltadas para a reflexão e busca de novos rumos.

BRIGA POR POLÍTICAS PÚBLICAS:

As reuniões da ABCV e a lista interativa CINEBA (Cinema na Bahia), que interliga pela internet realizadores, produtores, técnicos, jornalistas e pessoas com diversificados interesses e ligações com o cinema, são espaços que têm permitido, já a partir de 2001, uma adesão cada vez maior de novos integrantes nesta movimentação. Nomes como o do cineasta Jorge Alfredo passaram a ter uma presença mais efetiva - a partir das novas perspectivas - na luta em busca da reconquista dos espaços perdidos pelo cinema baiano.

Os frutos dessa reorganização política são sentidos nas respostas advindas de políticas públicas, justamente num Estado em que os governos, de diferentes correntes políticas, sucediam-se ignorando a atividade cinematográfica. Em 2001, surgiu um concurso, através de edital de concorrência pública, para o fomento da produção de um longa-metragem, três curtas e cinco vídeos para jovens realizadores.

A iniciativa do concurso público repetiu-se 2002, seguindo o mesmo modelo do ano anterior. O ano de 2002 terminou com a realização do I Fórum da ABCV, promovido em dezembro, dentro da programação do IV Mercado Cultural, evento que reúne na Bahia artistas, produtores e fomentadores das mais diversas expressões culturais, do mundo inteiro.

Além do concurso público destinado à produção de audiovisual, pode-se citar também iniciativas como o Festival de Vídeo A Imagem em 5 Minutos. Celeiro de novos candidatos à profissão de cineasta, o evento chegou a ficar suspenso por dois anos, mas foi retomado em 2003, após uma pressão intensa de toda a classe cinematográfica.

O retorno do festival dos 5 Minutos, como é apelidado, coincide com a ausência do Concurso Público em 2003, que chegou ao fim com um grupo de realizadores tendo à frente os diretores Jorge Alfredo e José Araripe Jr. e com a própria entidade que os congrega, a ABCV iniciando as articulações para uma mobilização pela volta do edital do Governo do Estado.

FORMALIZAÇÃO DA ABCV:

No âmbito da regularização da ABCV como entidade, é importante ressaltar que o reconhecimento institucional manifesta-se antes mesmo da constituição formal do atual grupo associado em torno da ABCV. Sem sede própria, a organização tem mantido reuniões no próprio prédio que abriga a Diretoria de Artes Visuais e Multimeios da Fundação Cultural do Estado.

Para esta nova gestão de José Araripe Jr. à frente do órgão, a principal meta é a institucionalização da ABCV, oficializando as suas atividades, para garantir - mais do que representatividade política - meios que permitam também aptidão legal para novas conquistas.

Estima-se que a associação possua, atualmente, cerca de 150 membros, que deverão numa etapa seguinte tornar-se associados regularmente constituídos, dentro do processo de profissionalização da entidade, que é, atualmente, a mais urgente das expectativas do grupo.

O cineasta Lula Oliveira está trabalhando na criação de um sítio na internet, que vai servir como espaço virtual para discussão e também como uma espécie de vitrine da produção baiana de cinema, trazendo informações sobre as obras da cinematografia baiana, desde a época dos pioneiros até as novas produções.

A idéia é que a home page tenha partes estáticas de informação, mas uma atualização constante, que vai permitir a associados ou não, e interessados de todo o Brasil, a consulta sobre cinema baiano. A expectativa otimista dos realizadores e demais membros da associação

é a de que no decorrer de 2004, além do site na internet e da constituição formal da ABCV, a entidade possa ter uma sede física de fato e avance em novas conquistas para a classe.

(*) *Por convicções pessoais, pouco afeito à militância política para o audiovisual, o cineasta baiano Edgar Navarro, de 54 anos, não se filia diretamente a nenhuma composição diretiva ligada à ABD ou a qualquer outra das entidades de classe fundadas na Bahia. Entretanto, é realizador de maior evidência, desde meados dos anos 70. Navarro causou grande rebuliço na Jornada de Cinema da Bahia/1977, quando exibiu o seu O Rei do Cagaço, rodado em super 8mm. A fita mostra o ato de defecar em explícito contra-plongé. Usa o escatológico para chocar, a partir de trama cujo personagem ataca transeuntes com fezes, como forma de incitar alguma reação dos «conformados». Em 1978, ele protagonizou outra cena inusitada, promovendo um strip-tease levado até a última instância, como forma de protesto contra encaminhamento e assuntos dos debates promovidos pela Jornada da Bahia. Datam deste período outros polêmicos filmes em super 8mm assinados por Navarro. A saber: Alice no País das Mil Novilhas (76), uma fábula psicodélica anti-burguesa; Exposed (1978), colagem-protesto contra a ditadura militar; e Lin e Katazan (1979), que contrapõe um operário a seu patrão. Ele é autor ainda do premiado média-metragem O Superoutro (89) e, atualmente, finaliza o seu primeiro longa, Eu Me Lembro, espécie de «Amarcord baiano».*